

PM-SP

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO

Soldado PM- 2ª Classe

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº DP-3/321/24

CÓD: SL-027DZ-24
7908433266464

Língua Portuguesa

1. Leitura e interpretação de diversos tipos de textos (literários e não literários)	9
2. Sinônimos e antônimos. Sentido próprio e figurado das palavras.....	11
3. Pontuação	11
4. Classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição e conjunção: emprego e sentido que imprimem às relações que estabelecem	13
5. Concordância verbal e nominal	22
6. Regência verbal e nominal.....	23
7. Colocação pronominal	26
8. Crase	27

Matemática

1. Números inteiros: operações e propriedades.....	35
2. Números racionais, representação fracionária e decimal: operações e propriedades	39
3. Mínimo múltiplo comum	42
4. Razão e proporção	43
5. Regra de três simples.....	45
6. Porcentagem.....	45
7. Média aritmética simples	47
8. Equação do 1º grau.....	47
9. Sistema de equações do 1º grau.....	48
10. Sistema métrico: medidas de tempo, comprimento, superfície e capacidade	50
11. Relação entre grandezas: tabelas e gráficos	53
12. Noções de geometria: forma, perímetro, área, volume, teorema de Pitágoras	57
13. Raciocínio lógico	60
14. Resolução de situações-problema	62

História Geral e História do Brasil

1. História geral. Primeira guerra mundial.....	71
2. O nazifascismo e a segunda guerra mundial.....	71
3. A guerra fria	73
4. Globalização e as políticas neoliberais.....	74
5. História do Brasil. A revolução de 1930 e a era Vargas	74
6. As constituições republicanas.....	78
7. A estrutura política e os movimentos sociais no período militar.....	79
8. A abertura política e a redemocratização do Brasil	89

Geografia Geral e Geografia do Brasil

1. Geografia geral. A nova ordem mundial, o espaço geopolítico e a globalização	101
2. Os principais problemas ambientais	102
3. Geografia do Brasil A natureza brasileira (relevo, hidrografia, clima e vegetação)	102
4. A população: crescimento, distribuição, estrutura e movimentos	109
5. As atividades econômicas: industrialização e urbanização, fontes de energia e agropecuária	112
6. Os impactos ambientais	114

Noções Básicas De Informática

1. Ms-windows 10: conceito de pastas, diretórios, arquivos e atalhos, área de trabalho, área de transferência, manipulação de arquivos e pastas, uso dos menus, programas e aplicativos, interação com o conjunto de aplicativos ms-office 2016	127
2. Ms-word 2016: estrutura básica dos documentos, edição e formatação de textos, cabeçalhos, parágrafos, fontes, colunas, marcadores simbólicos e numéricos, tabelas, impressão, controle de quebras e numeração de páginas, legendas, índices, inserção de objetos, campos predefinidos, caixas de texto	150
3. Ms-excel 2016: estrutura básica das planilhas, conceitos de células, linhas, colunas, pastas e gráficos, elaboração de tabelas e gráficos, uso de fórmulas, funções e macros, impressão, inserção de objetos, campos predefinidos, controle de quebras e numeração de páginas, obtenção de dados externos, classificação de dados	159
4. Ms-powerpoint 2016: estrutura básica das apresentações, conceitos de slides, anotações, régua, guias, cabeçalhos e rodapés, noções de edição e formatação de apresentações, inserção de objetos, numeração de páginas, botões de ação, animação e transição entre slides	166
5. Correio eletrônico: uso de correio eletrônico, preparo e envio de mensagens, anexação de arquivos	173
6. Internet: navegação na internet, conceitos de url, links, sites, busca e impressão de páginas	177
7. Tópicos básicos de ambientes google workspace (gmail, agenda, meet, chat, drive, documentos, planilhas, apresentações, formulários) e microsoft teams (chats, chamadas de áudio e vídeo, criação de grupos, trabalho em equipe: word, excel, powerpoint)	181

Noções De Administração Pública

1. Constituição federal: título ii – dos direitos e garantias fundamentais: capítulo i – dos direitos e deveres individuais e coletivos; capítulo iv – dos direitos políticos	199
2. Título iii – da organização do estado: capítulo vii – da administração pública: seção i – disposições gerais; seção iii – dos militares dos estados, do distrito federal e dos territórios	205
3. Título v – da defesa do estado e das instituições democráticas: capítulo iii – da segurança pública	209
4. Constituição do estado de são paulo; título ii – da organização e poderes: capítulo iii – do poder executivo	210
5. Capítulo iv – do poder judiciário: seção v – do tribunal de justiça militar e dos conselhos de justiça militar; capítulo ii – dos servidores públicos do estado: seção i – dos servidores públicos civis; seção ii – dos servidores públicos militares; título iii – da organização do estado: capítulo i – da administração pública: seção i – disposições gerais; capítulo ii – dos servidores públicos do estado: seção i – dos servidores públicos civis; seção ii – dos servidores públicos militares; capítulo iii – da segurança pública: seção i – disposições gerais; seção iii – da polícia militar	212
6. Lei federal nº 12.527/11 – Lei de acesso à informação	221
7. Decreto nº 68.155/23 – Regulamenta, em âmbito estadual, a lei federal nº 12.527, De 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações, e dá providências correlatas	228

LÍNGUA PORTUGUESA

LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE DIVERSOS TIPOS DE TEXTOS (LITERÁRIOS E NÃO LITERÁRIOS)

Definição Geral

Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que compreendemos adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à interpretação, que nada mais é do que as conclusões específicas.

Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

Compreensão de Textos

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender.

Compreender um texto é captar, de forma objetiva, a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor.

Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

Interpretação de Textos

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



“A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas.”

A partir do fragmento acima, assinale a afirmativa **incorreta**.
(A) A inclusão social é garantida pela Constituição Federal de 1988.

(B) As leis que garantem direitos podem ser mais ou menos severas.

(C) O direito à educação abrange todas as pessoas, deficientes ou não.

(D) Os deficientes temporários ou permanentes devem ser incluídos socialmente.

(E) “Educação para todos” inclui também os deficientes.

Resolução:

Em “A” – Errado: o texto é sobre direito à educação, incluindo as pessoas com deficiência, ou seja, inclusão de pessoas na sociedade.

Em “B” – Certo: o complemento “mais ou menos severas” se refere à “deficiências de toda ordem”, não às leis.

Em “C” – Errado: o advérbio “também”, nesse caso, indica a inclusão/adição das pessoas portadoras de deficiência ao direito à educação, além das que não apresentam essas condições.

Em “D” – Errado: além de mencionar “deficiências de toda ordem”, o texto destaca que podem ser “permanentes ou temporárias”.

Em “E” – Errado: este é o tema do texto, a inclusão dos deficientes.

Resposta: Letra B.

Compreender um texto nada mais é do que analisar e decodificar o que de fato está escrito, seja das frases ou de ideias presentes. Além disso, interpretar um texto, está ligado às conclusões que se pode chegar ao conectar as ideias do texto com a realidade.

A compreensão básica do texto permite o entendimento de todo e qualquer texto ou discurso, com base na ideia transmitida pelo conteúdo. Ademais, compreender relações semânticas é uma competência imprescindível no mercado de trabalho e nos estudos.

A interpretação de texto envolve explorar várias facetas, desde a compreensão básica do que está escrito até as análises mais profundas sobre significados, intenções e contextos culturais. No entanto, Quando não se sabe interpretar corretamente um texto pode-se criar vários problemas, afetando não só o desenvolvimento profissional, mas também o desenvolvimento pessoal.

Busca de sentidos

Para a busca de sentidos do texto, pode-se extrair os tópicos frasais presentes em cada parágrafo. Isso auxiliará na compreensão do conteúdo exposto, uma vez que é ali que se estabelecem as relações hierárquicas do pensamento defendido, seja retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Por fim, concentre-se nas ideias que realmente foram explicitadas pelo autor. Textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Deve-se atentar às ideias do autor, o que não implica em ficar preso à superfície do texto, mas é fundamental que não se criem suposições vagas e inespecíficas.

Importância da interpretação

A prática da leitura, seja por prazer, para estudar ou para se informar, aprimora o vocabulário e dinamiza o raciocínio e a interpretação. Ademais, a leitura, além de favorecer o aprendizado de conteúdos específicos, aprimora a escrita.

Uma interpretação de texto assertiva depende de inúmeros fatores. Muitas vezes, apressados, descuidamo-nos dos detalhes presentes em um texto, achamos que apenas uma leitura já se faz suficiente. Interpretar exige paciência e, por isso, sempre releia o texto, pois a segunda leitura pode apresentar aspectos surpreendentes que não foram observados previamente.

Para auxiliar na busca de sentidos do texto, pode-se também retirar dele os tópicos frasais presentes em cada parágrafo, isso certamente auxiliará na apreensão do conteúdo exposto. Lembre-se de que os parágrafos não estão organizados, pelo menos em um bom texto, de maneira aleatória, se estão no lugar que estão, é porque ali se fazem necessários, estabelecendo uma relação hierárquica do pensamento defendido; retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Concentre-se nas ideias que de fato foram explicitadas pelo autor: os textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Devemos nos ater às ideias do autor, isso não quer dizer que você precise ficar preso na superfície do texto, mas é fundamental que não criemos, à revelia do autor, suposições vagas e inespecíficas.

Ler com atenção é um exercício que deve ser praticado à exaustão, assim como uma técnica, que fará de nós leitores proficientes.

Diferença entre compreensão e interpretação

A compreensão de um texto envolve realizar uma análise objetiva do seu conteúdo para verificar o que está explicitamente escrito nele. Por outro lado, a interpretação vai além, relacionando as ideias do texto com a realidade. Nesse processo, o leitor extrai conclusões subjetivas a partir da leitura.

Principais características do texto literário

Há diferença do texto literário em relação ao texto referencial, sobretudo, por sua carga estética. Esse tipo de texto exerce uma linguagem ficcional, além de fazer referência à função poética da linguagem.

Uma constante discussão sobre a função e a estrutura do texto literário existe, e também sobre a dificuldade de se entenderem os enigmas, as ambiguidades, as metáforas da literatura. São esses elementos que constituem o atrativo do texto literário: a escrita diferenciada, o trabalho com a palavra, seu aspecto conotativo, seus enigmas.

A literatura apresenta-se como o instrumento artístico de análise de mundo e de compreensão do homem. Cada época conceituou a literatura e suas funções de acordo com a realidade, o contexto histórico e cultural e, os anseios dos indivíduos daquele momento.

– **Ficcionalidade:** os textos baseiam-se no real, transfigurando-o, recriando-o.

– **Aspecto subjetivo:** o texto apresenta o olhar pessoal do artista, suas experiências e emoções.

– **Ênfase na função poética da linguagem:** o texto literário manipula a palavra, revestindo-a de caráter artístico.

– **Plurissignificação:** as palavras, no texto literário, assumem vários significados.

Principais características do texto não literário

Apresenta peculiaridades em relação a linguagem literária, entre elas o emprego de uma linguagem convencional e denotativa. Além disso, tem como função informar de maneira clara e sucinta, desconsiderando aspectos estilísticos próprios da linguagem literária.

Os diversos textos podem ser classificados de acordo com a linguagem utilizada. Ademais, a linguagem de um texto está condicionada à sua funcionalidade. Quando pensamos nos diversos tipos e gêneros textuais, devemos pensar também na linguagem adequada a ser adotada em cada um deles. Para isso existem a linguagem literária e a linguagem não literária.

Diferente do que ocorre com os textos literários, nos quais há uma preocupação com o objeto linguístico e também com o estilo, os textos não literários apresentam características bem delimitadas para que possam cumprir sua principal missão, que é, na maioria das vezes, a de informar. Quando pensamos em informação, alguns elementos devem ser elencados, como a objetividade, a transparência e o compromisso com uma linguagem não literária, afastando assim possíveis equívocos na interpretação de um texto.

SINÔNIMOS E ANTÔNIMOS. SENTIDO PRÓPRIO E FIGURADO DAS PALAVRAS

O significado das palavras é objeto de estudo da semântica, a área da gramática que se dedica ao sentido das palavras e também às relações de sentido estabelecidas entre elas.

Denotação e conotação

Denotação corresponde ao sentido literal e objetivo das palavras, enquanto a conotação diz respeito ao sentido figurado das palavras. Exemplos:

“O gato é um animal doméstico.”
 “Meu vizinho é um gato.”

No primeiro exemplo, a palavra gato foi usada no seu verdadeiro sentido, indicando uma espécie real de animal. Na segunda frase, a palavra gato faz referência ao aspecto físico do vizinho, uma forma de dizer que ele é tão bonito quanto o bichano.

Hiperonímia e hiponímia

Dizem respeito à hierarquia de significado. Um hiperônimo, palavra superior com um sentido mais abrangente, engloba um hipônimo, palavra inferior com sentido mais restrito.

Exemplos:

- Hiperônimo: mamífero – hipônimos: cavalo, baleia.
- Hiperônimo: jogo – hipônimos: xadrez, baralho.

Polissemia e monosssemia

A polissemia diz respeito ao potencial de uma palavra apresentar uma multiplicidade de significados, de acordo com o contexto em que ocorre. A monosssemia indica que determinadas palavras apresentam apenas um significado. Exemplos:

– “Língua”, é uma palavra polissêmica, pois pode por um idioma ou um órgão do corpo, dependendo do contexto em que é inserida.

– A palavra “decalitro” significa medida de dez litros, e não tem outro significado, por isso é uma palavra monossêmica.

Sinonímia e antonímia

A sinonímia diz respeito à capacidade das palavras serem semelhantes em significado. Já antonímia se refere aos significados opostos. Desse modo, por meio dessas duas relações, as palavras expressam proximidade e contrariedade.

Exemplos de palavras sinônimas: morrer = falecer; rápido = veloz.

Exemplos de palavras antônimas: morrer x nascer; pontual x atrasado.

Homonímia e paronímia

A homonímia diz respeito à propriedade das palavras apresentarem: semelhanças sonoras e gráficas, mas distinção de sentido (palavras homônimas), semelhanças homófonas, mas distinção gráfica e de sentido (palavras homófonas) semelhanças gráficas, mas distinção sonora e de sentido (palavras homógrafas). A paronímia se refere a palavras que são escritas e pronunciadas de forma parecida, mas que apresentam significados diferentes. Veja os exemplos:

– **Palavras homônimas:** caminho (itinerário) e caminho (verbo caminhar); morro (monte) e morro (verbo morrer).

– **Palavras homófonas:** apressar (tornar mais rápido) e apreçar (definir o preço); arrochar (apertar com força) e arroxar (tornar roxo).

– **Palavras homógrafas:** apoio (suporte) e apoio (verbo apoiar); boto (golfinho) e boto (verbo botar); choro (pranto) e choro (verbo chorar).

– **Palavras parônimas:** apóstrofe (figura de linguagem) e apóstrofo (sinal gráfico), comprimento (tamanho) e cumprimento (saudação).

PONTUAÇÃO

O sistema de pontuação consiste em um grupo de sinais gráficos que, em um período sintático, têm a função primordial de indicar um nível maior ou menor de coesão entre estruturas e, ocasionalmente, manifestar as propriedades da fala (prosódias) em um discurso redigido. Na escrita, esses sinais substituem os gestos e as expressões faciais que, na linguagem falada, auxiliam a compreensão da frase.

O emprego da pontuação tem as seguintes finalidades:

- Garantir a clareza, a coerência e a coesão interna dos diversos tipos textuais;
- Garantir os efeitos de sentido dos enunciados;
- Demarcar das unidades de um texto;
- Sinalizar os limites das estruturas sintáticas.

— **Sinais de pontuação que auxiliam na elaboração de um enunciado**

Vírgula

De modo geral, sua utilidade é marcar uma pausa do enunciado para indicar que os termos por ela isolados, embora compartilhem da mesma frase ou período, não compõem unidade sintática. Mas, se, ao contrário, houver relação sintática entre os termos, estes não devem ser isolados pela vírgula. Isto quer dizer que, ao mesmo tempo que existem situações em que a vírgula é obrigatória, em outras, ela é vetada. Confira os casos em que a vírgula **deve** ser empregada:

– No interior da sentença

- Para separar elementos de uma enumeração e repetição:

ENUMERAÇÃO

Adicione leite, farinha, açúcar, ovos, óleo e chocolate.

Paguei as contas de água, luz, telefone e gás.

REPETIÇÃO

Os arranjos estão lindos, lindos!

Sua atitude foi, muito, muito, muito indelicada.

- Isolar o *vocativo*

“Crianças, venham almoçar!”

“Quando será a prova, professora?”

- Separar *apostos*
“O ladrão, *menor de idade*, foi apreendido pela polícia.”
- Isolar *expressões explicativas*:
“As CPIs que terminaram em pizza, *ou seja*, ninguém foi responsabilizado.”
- Separar *conjunções intercaladas*
“Não foi explicado, *porém*, o porquê das falhas no sistema.”
- Isolar o *adjunto adverbial* anteposto ou intercalado:
“*Amanhã pela manhã*, faremos o comunicado aos funcionários do setor.”
“Ele foi visto, *muitas vezes*, vagando desorientado pelas ruas.”
- Separar o *complemento pleonástico antecipado*:
“Estas *alegações*, não as considero legítimas.”
- Separar termos coordenados assindéticos (não conectadas por conjunções)
“Os seres vivos nascem, crescem, reproduzem-se, morrem.”
- Isolar o *nome de um local* na indicação de datas:
“São Paulo, 16 de outubro de 2022”.
- Marcar a *omissão* de um termo:
“Eu faço o recheio, e você, a cobertura.” (omissão do verbo “fazer”).
- **Entre as sentenças**
- Para separar as orações subordinadas adjetivas explicativas
“Meu aluno, que mora no exterior, fará aulas remotas.”
- Para separar as orações coordenadas sindéticas e assindéticas, com exceção das orações iniciadas pela conjunção “e”:
“Liguei para ela, expliquei o acontecido e pedi para que nos ajudasse.”
- Para separar as orações substantivas que antecedem a principal:
“Quando será publicado, ainda não foi divulgado.”
- Para separar orações subordinadas adverbiais desenvolvidas ou reduzidas, especialmente as que antecedem a oração principal:

Reduzida	Por ser sempre assim, ninguém dá atenção!
Desenvolvida	Porque é sempre assim, já ninguém dá atenção!

- Separar as sentenças intercaladas:
“Querida, disse o esposo, estarei todos os dias aos pés do seu leito, até que você se recupere por completo.”
- **Antes da conjunção “e”**
- Emprega-se a vírgula quando a conjunção “e” adquire valores que não expressam adição, como consequência ou diversidade, por exemplo.
“Argumentou muito, e não conseguiu convencer-me.”
- Utiliza-se a vírgula em casos de polissíndeto, ou seja, sempre que a conjunção “e” é reiterada com a finalidade de destacar alguma ideia, por exemplo:
“(…) e os desenrolamentos, e os incêndios, e a fome, e a sede; e dez meses de combates, e cem dias de cancionero contínuo; e o esmagamento das ruínas...” (Euclides da Cunha)
- Emprega-se a vírgula sempre que orações coordenadas apresentam sujeitos distintos, por exemplo:
“A mulher ficou irritada, e o marido, constrangido.”
- O uso da vírgula é vetado nos seguintes casos:** separar sujeito e predicado, verbo e objeto, nome de adjunto adnominal, nome e complemento nominal, objeto e predicativo do objeto, oração substantiva e oração subordinada (desde que a substantivo não seja apositiva nem se apresente inversamente).

Ponto

- Para indicar final de frase declarativa:
“O almoço está pronto e será servido.”
- Abrevia palavras:
 - “p.” (página)
 - “V. Sra.” (Vossa Senhoria)
 - “Dr.” (Doutor)

- Para separar períodos:
“O jogo não acabou. Vamos para os pênaltis.”

Ponto e Vírgula

- Para separar orações coordenadas muito extensas ou orações coordenadas nas quais já se tenha utilizado a vírgula:
“Gosto de assistir a novelas; meu primo, de jogos de RPG; nossa amiga, de praticar esportes.”
- Para separar os itens de uma sequência de itens:
“Os planetas que compõem o Sistema Solar são:

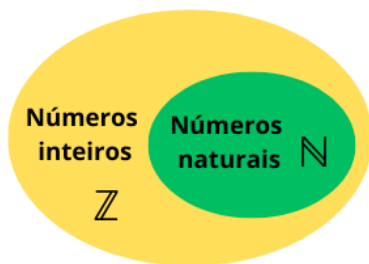
Mercúrio;
Vênus;
Terra;
Marte;
Júpiter;
Saturno;
Urano;
Netuno.”

MATEMÁTICA

NÚMEROS INTEIROS: OPERAÇÕES E PROPRIEDADES

O conjunto dos números inteiros é denotado pela letra maiúscula Z e compreende os números inteiros negativos, positivos e o zero.

$$Z = \{\dots, -4, -3, -2, -1, 0, 1, 2, 3, 4, \dots\}$$



O conjunto dos números inteiros também possui alguns subconjuntos:

Z_+ = {0, 1, 2, 3, 4...}: conjunto dos números inteiros não negativos.

Z_- = {...-4, -3, -2, -1, 0}: conjunto dos números inteiros não positivos.

Z_+^* = {1, 2, 3, 4...}: conjunto dos números inteiros não negativos e não nulos, ou seja, sem o zero.

Z_-^* = {... -4, -3, -2, -1}: conjunto dos números inteiros não positivos e não nulos.

Módulo

O módulo de um número inteiro é a distância ou afastamento desse número até o zero, na reta numérica inteira. Ele é representado pelo símbolo $| |$.

O módulo de 0 é 0 e indica-se $|0| = 0$

O módulo de +6 é 6 e indica-se $|+6| = 6$

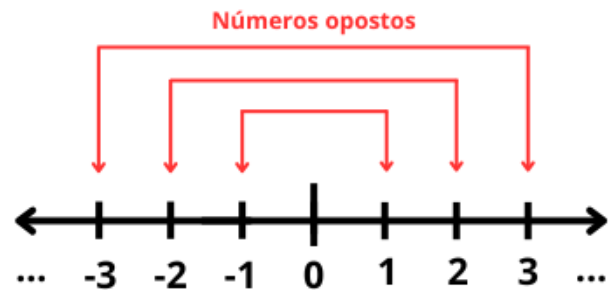
O módulo de -3 é 3 e indica-se $|-3| = 3$

O módulo de qualquer número inteiro, diferente de zero, é sempre positivo.

Números Opostos

Dois números inteiros são considerados opostos quando sua soma resulta em zero; dessa forma, os pontos que os representam na reta numérica estão equidistantes da origem.

Exemplo: o oposto do número 4 é -4, e o oposto de -4 é 4, pois $4 + (-4) = (-4) + 4 = 0$. Em termos gerais, o oposto, ou simétrico, de "a" é "-a", e vice-versa; notavelmente, o oposto de zero é o próprio zero.



— Operações com Números Inteiros

Adição de Números Inteiros

Para facilitar a compreensão dessa operação, associamos a ideia de ganhar aos números inteiros positivos e a ideia de perder aos números inteiros negativos.

Ganhar 3 + ganhar 5 = ganhar 8 ($3 + 5 = 8$)

Perder 4 + perder 3 = perder 7 ($-4 + (-3) = -7$)

Ganhar 5 + perder 3 = ganhar 2 ($5 + (-3) = 2$)

Perder 5 + ganhar 3 = perder 2 ($-5 + 3 = -2$)

Observação: O sinal (+) antes do número positivo pode ser omitido, mas o sinal (-) antes do número negativo nunca pode ser dispensado.

Subtração de Números Inteiros

A subtração é utilizada nos seguintes casos:

- Ao retirarmos uma quantidade de outra quantidade;
- Quando temos duas quantidades e queremos saber a diferença entre elas;
- Quando temos duas quantidades e desejamos saber quanto falta para que uma delas atinja a outra.

A subtração é a operação inversa da adição. Concluímos que subtrair dois números inteiros é equivalente a adicionar o primeiro com o oposto do segundo.

Observação: todos os parênteses, colchetes, chaves, números, etc., precedidos de sinal negativo têm seu sinal invertido, ou seja, representam o seu oposto.

Multiplicação de Números Inteiros

A multiplicação funciona como uma forma simplificada de adição quando os números são repetidos. Podemos entender essa situação como ganhar repetidamente uma determinada quantidade. Por exemplo, ganhar 1 objeto 15 vezes consecutivas significa ganhar 15 objetos, e essa repetição pode ser indicada pelo símbolo "x", ou seja: $1 + 1 + 1 + \dots + 1 = 15 \times 1 = 15$.

Se substituirmos o número 1 pelo número 2, obtemos: $2 + 2 + 2 + \dots + 2 = 15 \times 2 = 30$

Na multiplicação, o produto dos números "a" e "b" pode ser indicado por $a \times b$, $a \cdot b$ ou ainda ab sem nenhum sinal entre as letras.

Divisão de Números Inteiros

Considere o cálculo: $-15/3 = q$ à $3q = -15$ à $q = -5$

No exemplo dado, podemos concluir que, para realizar a divisão exata de um número inteiro por outro número inteiro (diferente de zero), dividimos o módulo do dividendo pelo módulo do divisor.

No conjunto dos números inteiros \mathbb{Z} , a divisão não é comutativa, não é associativa, e não possui a propriedade da existência do elemento neutro. Além disso, não é possível realizar a divisão por zero. Quando dividimos zero por qualquer número inteiro (diferente de zero), o resultado é sempre zero, pois o produto de qualquer número inteiro por zero é igual a zero.

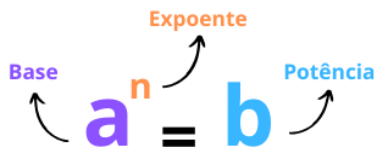
Regra de sinais

Multiplicação		Divisão
$\oplus \times \oplus = \oplus$		$\oplus \div \oplus = \oplus$
$\ominus \times \ominus = \oplus$		$\ominus \div \ominus = \oplus$
$\ominus \times \oplus = \ominus$		$\ominus \div \oplus = \ominus$
$\oplus \times \ominus = \ominus$		$\oplus \div \ominus = \ominus$

Potenciação de Números Inteiros

A potência a^n do número inteiro a , é definida como um produto de n fatores iguais. O número a é denominado a base e o número n é o expoente.

$a^n = a \times a \times a \times a \times \dots \times a$, ou seja, a é multiplicado por a n vezes.



- Qualquer potência com uma base positiva resulta em um número inteiro positivo.
- Se a base da potência é negativa e o expoente é par, então o resultado é um número inteiro positivo.
- Se a base da potência é negativa e o expoente é ímpar, então o resultado é um número inteiro negativo.

Potenciação

As propriedades básicas da potenciação são:

1	$a^m \cdot a^n = a^{m+n}$	Exemplo: $2^3 \cdot 2^2 = 2^5$
2	$\frac{a^m}{a^n} = a^{m-n}$	Exemplo: $3^4 : 3^2 = 3^2$
3	$(a^m)^n = a^{m \cdot n}$	Exemplo: $(2^3)^2 = 2^6$
4	$(a \cdot b)^n = a^n \cdot b^n$	Exemplo: $(2 \cdot 7)^2 = 2^2 \cdot 7^2$
5	$\left(\frac{a}{b}\right)^n = \frac{a^n}{b^n}$	Exemplo: $\left(\frac{3}{7}\right)^2 = \frac{3^2}{7^2}$
6	$a^0 = 1, \quad a \neq 0$	Exemplo: $2^0 = 1$
7	$a^{-n} = \frac{1}{a^n}$	Exemplo: $2^{-2} = \frac{1}{2^2}$
8	$\left(\frac{1}{a}\right)^n = a^{-n}$	Exemplo: $\left(\frac{1}{2}\right)^3 = 2^{-3}$
9	$a^{\frac{m}{n}} = \sqrt[n]{a^m}$	Exemplo: $3^{\frac{2}{3}} = \sqrt[3]{3^2}$

Radiciação de Números Inteiros

A radiciação de números inteiros envolve a obtenção da raiz n -ésima (de ordem n) de um número inteiro a . Esse processo resulta em outro número inteiro não negativo, representado por b , que, quando elevado à potência n , reproduz o número original a . O índice da raiz é representado por n , e o número a é conhecido como radicando, posicionado sob o sinal do radical.

A raiz quadrada, de ordem 2, é um exemplo comum. Ela produz um número inteiro não negativo cujo quadrado é igual ao número original a .

Importante observação: não é possível calcular a raiz quadrada de um número inteiro negativo no conjunto dos números inteiros.

É importante notar que não há um número inteiro não negativo cujo produto consigo mesmo resulte em um número negativo.

A raiz cúbica (de ordem 3) de um número inteiro a é a operação que gera outro número inteiro. Esse número, quando elevado ao cubo, é igual ao número original a . É crucial observar que, ao contrário da raiz quadrada, não restringimos nossos cálculos apenas a números não negativos.

Radiciação

As propriedades básicas da radiciação são:

- 1 $\sqrt[n]{a^m} = \sqrt[n \cdot p]{a^{m \cdot p}}$ Exemplo: $\sqrt[8]{5^4} = \sqrt[8 \cdot 4]{5^{4 \cdot 4}} = \sqrt[2]{5^1}$
- 2 $\sqrt[m]{a \cdot b} = \sqrt[m]{a} \cdot \sqrt[m]{b}$ Exemplo: $\sqrt[2]{2 \cdot 4} = \sqrt[2]{2} \cdot \sqrt[2]{4}$
- 3 $\sqrt[n]{\sqrt[m]{a}} = \sqrt[n \cdot m]{a}$ Exemplo: $\sqrt[3]{\sqrt[4]{3}} = \sqrt[3 \cdot 4]{3} = \sqrt[12]{3}$
- 4 $\sqrt[n]{\frac{a}{b}} = \frac{\sqrt[n]{a}}{\sqrt[n]{b}}$ Exemplo: $\sqrt[3]{\frac{5}{4}} = \frac{\sqrt[3]{5}}{\sqrt[3]{4}}$

Observação

$$2.1 \quad \sqrt[2]{2 \cdot 4} = \sqrt[2]{8} = \sqrt[2]{2^3} = \sqrt[2]{2^2} \cdot \sqrt[2]{2} = 2\sqrt[2]{2}$$

Racionalização

- 1 $\frac{1}{\sqrt{2}} \cdot \frac{\sqrt{2}}{\sqrt{2}} = \frac{\sqrt{2}}{2}$
- 2 $\frac{3}{\sqrt{5}-\sqrt{2}} \cdot \frac{\sqrt{5}+\sqrt{2}}{\sqrt{5}+\sqrt{2}} = \frac{3(\sqrt{5}+\sqrt{2})}{(\sqrt{5})^2-(\sqrt{2})^2} = \frac{3(\sqrt{5}+\sqrt{2})}{5-2} = \frac{3(\sqrt{5}+\sqrt{2})}{3} = \sqrt{5} + \sqrt{2}$

Propriedades da Adição e da Multiplicação dos números Inteiros

Para todo a, b e c em Z

1) Associativa da adição: $(a + b) + c = a + (b + c)$

2) Comutativa da adição: $a + b = b + a$

3) Elemento neutro da adição: $a + 0 = a$

4) Elemento oposto da adição: $a + (-a) = 0$

5) Associativa da multiplicação: $(a \cdot b) \cdot c = a \cdot (b \cdot c)$

6) Comutativa da multiplicação: $a \cdot b = b \cdot a$

7) Elemento neutro da multiplicação: $a \cdot 1 = a$

8) Distributiva da multiplicação relativamente à adição: $a \cdot (b + c) = ab + ac$

9) Distributiva da multiplicação relativamente à subtração: $a \cdot (b - c) = ab - ac$

10) Elemento inverso da multiplicação: para todo inteiro $a \neq 0$, existe um inverso $a^{-1} = 1/a$ em Z, tal que, $a \cdot a^{-1} = a \cdot (1/a) = 1$

11) Fechamento: tanto a adição como a multiplicação de um número natural por outro número natural, continua como resultado um número natural.

Exemplos:

1) Para zelar pelos jovens internados e orientá-los a respeito do uso adequado dos materiais em geral e dos recursos utilizados em atividades educativas, bem como da preservação predial, realizou-se uma dinâmica elencando “atitudes positivas” e “atitudes negativas”, no entendimento dos elementos do grupo. Solicitou-se que cada um classificasse suas atitudes como positiva ou negativa, atribuindo (+4) pontos a cada atitude positiva e (-1) a cada atitude negativa. Se um jovem classificou como positiva apenas 20 das 50 atitudes anotadas, o total de pontos atribuídos foi:

HISTÓRIA GERAL. PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

– **Definição:** a Primeira Guerra Mundial foi o primeiro combate em estado de guerra total, o que quer dizer que as nações envolvidas mobilizaram todos os seus recursos para ensejar o conflito; foi resultado das intensas transformações que ocorriam no continente europeu e que acabaram levando as diversas nações ao enfrentamento.

– **Duração:** o conflito teve início em 28 de julho de 1914 e se estendeu por quatro anos, mais especificamente até 11 de novembro de 1918.

– **Países envolvidos:** as nações envolvidas se dispuseram em duas alianças oponentes:

– **Tríplice Aliança:** Alemanha, Áustria-Hungria, Império Otomano e Itália eram as principais forças, além Bulgária e outros Estados e povos.

– **Tríplice Entente:** também conhecida por “os aliados”, suas principais forças eram França, Grã-Bretanha e Rússia. Com a reorganização dessas alianças, a Itália, que participava da Tríplice Aliança, acabou aderindo à Tríplice Entente, um ano após o início da guerra. Canadá, Estados Unidos, Grécia e Japão também faziam parte desse acordo.

Causas

Políticas imperialistas: no segundo período do século XIX, a Alemanha havia sofrido um processo de unificação, o que a levou à busca de colônias para sua nação. Essa ascendência alemã gerou receio em países como França, Grã-Bretanha e Rússia, que enxergavam no fortalecimento alemão o comprometimento de seus interesses.

– **Nacionalismos:** esse âmbito abrangeu diversos países, sendo a Alemanha chefe do pangermanismo, movimento nacionalista de suporte às ideologias imperialistas alemãs e suas investidas de expansão territorial no início do século XX. Havia também o chamado revanchismo francês, um movimento ocorrido na França em 1870, que consistiu na concessão da região da Alsácia-Lorena ao recentemente unificado Império alemão, por meio do Tratado de Frankfurt.

– **Formação de alianças militares:** as diversas alianças que foram estabelecidas no decorrer de décadas precedentes levaram às grandes potências ao combate em questão de semanas. Por meio das colônias, a guerra acabou se disseminando por todas as regiões do planeta.

O assassinato do herdeiro do trono da Áustria-Hungria, o arquiduque Francisco Fernando da Áustria, em 28 de junho de 1914 foi o estopim instantâneo do conflito. Primeiramente, levou à crise política chamada de Crise de Julho, para a qual não houve

solução diplomática. Assim, guerras após guerras foram declaradas em série. Essa cadeia de conflitos culminou, inevitavelmente, na Primeira Guerra Mundial.

O NAZIFASCISMO E A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

– **Nazismo e fascismo:** a Primeira Guerra Mundial deixou no mundo um cenário crítico e desestruturado, levando, entre outras, à criação de partidos ultranacionalistas. O objetivo era pregar um Estado totalitário e forte, capaz de solucionar as crises provocadas ante à toda destruição e incertezas do pós-guerra. Essas duas doutrinas se fundamentavam no entusiasmo por revanche da Primeira Guerra Mundial para estabelecer em seu território um clima ostentoso de adversidade e se investiram de tal clima para conquistar o poder, exercendo seu governo autoritariamente. Tais governanças impuseram tamanha tensão entre as nações europeias, que resultaram, fatalmente, na Segunda Guerra Mundial.

– **Fascismo:** o nome Fascismo designa uma forma de governo autoritário e extremamente nacionalista.

– **Origem:** Itália. O italiano Benito Mussolini era ligado ao Partido Nacional Fascista e, em 1922, foi declarado primeiro ministro. Em 1924, se beneficiou das estratégias políticas para se tornar o único comando no país, instituindo uma forma e ditadura anuída. Apesar da teoria socialista predominante em sua política, ele conseguiu apoio popular suficiente para promover uma intensa perseguição ao socialismo no país.

– **Principais características do fascismo:** com seus ideais mais inclinados para a direita, o fascismo era marcado pela extrema hostilidade e quaisquer governos de esquerdas, além do militarismo, etnocentrismo, nacionalismo exacerbado, totalitarismo, anticomunismo, unipartidarismo, antiliberalismo e corporativismo.

Nazismo: vertente do fascismo.

– **Origem:** Adolph Hitler, de nacionalidade austríaca, teve participação na Primeira Guerra Mundial, no final da qual recebeu reconhecimento militar por sua bravura. Com o encerramento do conflito, Hitler se filiou ao Partido dos Trabalhadores Alemães, que, mais tarde, se tornaria Partido Nacional Socialista Alemão (ou Partido Nazista). No ano de 1921, Hitler alçou o posto de chefe do partido, sendo, posteriormente, nomeado *chanceler*, o que o permitiu perseguir e extinguir todo e qualquer movimento oponente. Em 1934, Hitler se encontrava no comando de toda a Alemanha nazista, conservando a liderança do Partido Nacional Socialista, que, apesar de populista, era extremamente racista, pois pregava os arianos era superiores às demais raças.

– **Principais características do nazismo:** nacionalismo, totalitarismo, antiliberalismo, anticomunismo, militarismo, unipartidarismo, racismo e arianismo.

– **Segunda Guerra Mundial:** ocorreu de 1939 a 1945, sendo o confronto mais mortal da história da Humanidade. O nazifascismo, com suas políticas militarista e expansionista, levou a um novo combate em âmbito global. Por seis anos, Eixo e Aliados concorreram para a vitória. O Brasil teve participação oficial com as guarnições aliadas. Depois da Segunda Guerra Mundial, o mundo sofreu transformações intensas e não foi mais o mesmo.

Causas da Segunda Guerra Mundial

– **Crise de 1929:** singularmente de cunho capitalista, essa crise prejudicou a crença na economia liberal e desestruturou a Europa.

Fortalecimento e evidência do socialismo na Rússia

Questões que a Primeira Guerra Mundial deixou mal resolvidas no território europeu.

– **Revanchismo alemão contra a repressão do Tratado de Versalhes:** tal revanchismo possibilitou que a superioridade de determinados povos, pregada pelos governos ditadores, fosse consentida em seus territórios correspondentes.

Esse cenário de crise econômica, social e política favoreceu o surgimento de grupos radicais que asseguravam o resgate da grandeza do Império da Alemanha: Hitler e seu partido nazista conquistavam confiança e espaço na política alemã.

– **Ascensão de Hitler:** em 1933, ao ser nomeado chanceler, Hitler conseguiu aumentar o domínio da Alemanha sobre todo o território europeu, pleiteando terras que outrora fizeram parte do Império Alemão.

Ausência de representatividade italiana na Primeira Guerra Mundial. A Itália, assim como a Alemanha, teve prejuízos no fim da Primeira Guerra Mundial, enfrentando desemprego e crise econômica por toda a década de 1920. O líder do Partido Fascista, Mussolini, alcançou o poder em 1922.

Tamanhas semelhanças aproximaram os ditadores italiano e alemão, que estabeleceram alianças de cunho militar e político. O Japão também foi anexado ao Eixo, que enfrentaria o conflito conta os Aliados.

Nações que combateram na Segunda Guerra Mundial

– **Aliados:** Estados Unidos, Inglaterra, França e União Soviética

– **Eixo:** Alemanha, Itália e Japão

– **Participação do Brasil:** na Primeira Guerra Mundial, o Brasil esteve neutro, porém, em 1942, as circunstâncias se modificaram quando o então presidente norte americano, Franklin Roosevelt, visitou o país. Na ocasião, o acordo estabelecido foi de que o Brasil concederia a base aérea de Natal, no Rio Grande do Norte, e, em contrapartida, os Estados Unidos ofereceriam empréstimos para que Getúlio Vargas pudesse dar continuidade à sua política de investimento na indústria de base. Dessa forma, o Brasil, apesar de simpatizante do nazifascismo, declarou guerra ao Eixo, pondo fim às suas relações diplomáticas com os alemães. Além disso, o Brasil enviou guerrilhas para o conflito na Europa, criando, inclusive, em 1944, a Força Expedicionária Brasileira (FEB), que foi mandada para combate contra as guarnições italianas nazistas.

Primeira fase da Segunda Guerra Mundial (de 1939 a 1942)

No primeiro ano da guerra, as tropas nazistas embrenharam-se pelo território europeu, sendo que no ano seguinte, as guarnições nazistas já tinham invadido a maior parte da França.

A rendição francesa fazia parte do revanchismo alemão, sendo que Hitler exigiu que fosse assinada no mesmo local (um vagão de trem) que tinha acontecido a rendição dos alemães, no fim da Primeira Guerra Mundial.

Aviões alemães atacaram a Inglaterra.

A reação inglesa teve início somente em 1940, quando Winston Churchill foi nomeado primeiro-ministro.

Em 1941, após invasão liderada por Hitler, as tropas nazistas foram derrotadas no território da União Soviética, dando fim ao período favorável ao grupo Eixo.

Ainda em 1941, os estados Unidos entram na guerra, após terem sua base aérea, Pearl Harbor, no Oceano Pacífico, atacada por kamikazes japoneses.

Segunda fase da Segunda Guerra Mundial (1943 a 1945):

Com a entrada da União Soviética e dos Estados Unidos na guerra, França e Inglaterra passaram a contar com importantes auxílios para reagir às investidas dos nazifascistas.

As tropas aliadas contra-atacaram, conseguindo pôr a perder todo o avanço que o Eixo havia alcançado na primeira fase do conflito. Na parte ocidental das tropas aliadas, estavam França, Inglaterra e Estados Unidos; ao Oriente, estavam as tropas soviéticas.

Encurralado pelas tropas aliadas, rapidamente o Eixo foi se enfraquecendo e perdendo espaço no território europeu. A primeira derrota foi de Mussolini.

A data de 6 de junho de 1944 foi a mais marcante para as tropas aliadas. Conhecido como o Dia D, a chegada dos aliados à região norte do território francês, mais especificamente, à Normandia, foi definitiva para o derradeiro encaminhamento do Eixo à derrota, pois deu início à liberdade da França do poder nazista.

Em 1943, a Itália foi responsável pela primeira rendição nazista e, em 1945, vendo que a derrota do Eixo era certa, Hitler se escondeu em um *bunker* na capital alemã

Em 8 de maio de 1945, as tropas alemãs renderam-se ao inimigo. Essa data é considerada o Dia da Vitória.

Enquanto na Europa a Segunda Guerra já tinha se encerrado, os combates prosseguiram, porque o Japão se recusou a assinar a rendição em benefício das tropas norte-americanas.

Bombas atômicas: em virtude da retaliação ao ataque a Pearl Harbor - e diante da negação japonesa de rendição - as tropas norte-americanas lançaram duas bombas atômicas sobre as cidades de Hiroshima e Nagasaki.

Principais resultados pós Segunda Guerra Mundial

Surgimento de superpotências: Estados Unidos, capitalista, e União Soviética, comunista.

Enfraquecimento da Europa: as potências europeias, mesmo as que saíram vitoriosas no conflito, não tinham mais capacidade de preservar suas colônias nos continentes asiático e africano, dando margem ao processo de descolonização e independência

Desnazificação da Alemanha: o território alemão, incluindo sua capital, Berlim, sofreu divisão nas regiões de domínio das nações triunfantes, e houve a destruição de símbolos relacionados a Hitler e ao nazismo. Os adeptos à doutrina foram julgados e condenados à pena capital, no Tribunal de Nuremberg.

– **Criação da Organização das Nações Unidas:** a despeito do insucesso da Liga das Nações (instituição mundial constituída assim que a Primeira Guerra Mundial se encerrou) em assegurar a paz mundial e prevenir um novo conflito de iguais proporções, conservou-se a esperança de um órgão internacional que tivesse o mesmo propósito. Assim, em 1945 foi criada a Organização das Nações Unidas, cujos objetivos eram prevenir a ocorrência de uma nova guerra mundial e garantir o cumprimento e a defesa dos Direitos Humanos.

– **Início da Guerra Fria:** antes mesmo do fim da Segunda Guerra Mundial, União Soviética e Estados Unidos já delineavam suas divergências a respeito do cenário global a se formar no pós-guerra. Assim, americanos e soviéticos entraram em um conflito ideológico, ou seja, iniciava-se, em 1947, a Guerra Fria. Os armamentos nucleares passaram a ser disputados diplomaticamente e em forma de intimidação.

– **Deposição do governo brasileiro:** em terras brasileiras, o retorno dos militares da Força Expedicionária Brasileira revelou uma grande contradição. Da mesma forma que soldados brasileiros haviam combatido contra a ditadura nazifascista, o país era conduzido por um governo autoritário. Ao retornarem do continente europeu, os oficiais gozavam de alta popularidade e entusiasmados por participação na vida política. Assim, em novembro de 1945, os militares encerraram a ditadura do Estado Novo, destituindo o presidente Getúlio Vargas.

A GUERRA FRIA

O conflito geopolítico travado por Estados Unidos e União Soviética foi motivado pela disputa pela supremacia internacional entre essas duas superpotências que emergiram no final da Segunda Guerra Mundial. De 1947 a 1991, essas duas nações e seus aliados (Bloco Ocidental e Bloco Oriental, respectivamente) enfrentaram um período de tensão político-militar, que, por pouco, não resultou em combate direto.

Início da Guerra Fria

– **Discurso do presidente americano:** o primeiro fato que levou ao conflito ocorreu dois anos após o fim da Segunda guerra Mundial, quando Harry Truman, presidente dos Estados Unidos, proclamou um discurso contra a influência soviética e o comunismo, e declarou intervenção americana nos países não democráticos e em defesa dos países livres que se posicionassem com resistência às investidas de domínio externo,

– **Plano Marshall:** ainda em 1947, George Marshall, secretário de Estado norte americano, lançou um plano de proposta de auxílio econômico às nações do ocidente europeu, tendo em vista que o crescimento dos partidos políticos esquerdistas era intensamente impulsionado pela crise disseminada e pelo alto índice de desemprego, e os Estados Unidos receavam a perda de seus aliados (Bloco Ocidental) para a União Soviética.

– **Kominform:** organismo criado pela União Soviética em resposta ao plano norte americano, cujo objetivo era obter a associação dos mais importantes partidos comunistas da Europa e, ademais, manter os países que estavam sob seu domínio longe da superioridade estadunidense, originando o Bloco Cortina de Ferro.

– **Criação do Comecon:** surgido em 1949, era um tipo de Plano Marshall, só que socialista.

– **A expressão Guerra Fria:** o período ficou conhecido por esses termos porque nenhuma das nações envolvidas jamais investiu contra a outra em um ataque bélico.

Expansão da Guerra Fria: terminadas as negociações entre as nações que saíram vitoriosas da Segunda Guerra Mundial, o território europeu encontrou-se dividido em dois domínios que correspondiam à fronteira conquistada pelas guerrilhas americana e soviética no decorrer do conflito.

– **Parte oriental:** ocupada pelas tropas soviéticas, tornou-se região de domínio da União Soviética. Os partidos políticos comunistas estabeleceram suas denominadas “democracias populares” na Checoslováquia, Albânia, Bulgária, Romênia, Polônia e Hungria. A Iugoslávia, embora de regime socialista, era independente da União Soviética.

– **Parte Ocidental:** dominada especialmente pelos norte-americanos e ingleses, essa região permaneceu sob dominação dos Estados Unidos. Nessa área, estabeleceram-se as chamadas “democracias liberais”, sendo Portugal e Espanha as únicas exceções.

– **Formação de Alianças político-militares:** a Guerra Fria levou à elaboração da OTAN e do Pacto de Varsóvia, cuja finalidade era proteção bilateral entre os membros.

– **Organização do Tratado do Atlântico Norte - OTAN:** foi instituída em 1949 e, na ocasião, era integrada por Bélgica, Canadá, Dinamarca, Estados Unidos, Finlândia, França, Itália, Luxemburgo, Noruega, Países Baixos, Portugal e Reino Unido. Posteriormente, ingressaram Alemanha Ocidental, Grécia e Turquia, completando a oposição da Europa Ocidental ao regime soviético.

– **Pacto de Varsóvia:** criado pela União Soviética como retaliação à OTAN, tinha o objetivo de obstruir o avanço do capitalismo na área que estava sob seus domínios. No ano de sua fundação, 1955, tinha como afiliadas as nações da Albânia, Alemanha Oriental, Bulgária, Hungria, Polônia, Romênia e Tchecoslováquia

Disputas na Guerra Fria

– **Levantamento do muro de Berlim (1961):** o muro dividiu a capital alemã em duas áreas, sendo Berlim Oriental e Berlim Ocidental. O propósito dessa construção era impedir que cidadãos da parte socialista migrassem para a Alemanha Ocidental, à procura de melhores condições de vida.

– **Crise dos Mísseis (1962):** a iniciativa soviética de instalar bases e lançar mísseis em território cubano consistiu uma séria e constante ameaça para o governo norte-americano. Porém, tal pretensão não se concretizou, pois os Estados Unidos responderam imediatamente, bloqueando as operações navais sobre o alvo, que, a propósito, era a única nação localizada na América que havia adotado o socialismo. Tal ocasião significou uma real oportunidade de ocorrer uma terceira guerra mundial. No entanto, apesar das tensas negociações, a União Soviética renunciou em seu propósito, e, em contrapartida, o governo norte-americano agiu da mesma forma, desistindo de suas bases no país da Turquia.

– **Corrida Espacial (1957-1969):** iniciada no final dos anos 1950, a corrida espacial demandou muito estudo, tempo e capital por parte das duas superpotências conflitantes. O objetivo de cada uma era dominar o espaço e a órbita terrestre. O desenvolvimento de armas de longo alcance, como escudos espaciais e mísseis intercontinentais também faziam parte do propósito.

A União Soviética saiu na frente com o lançamento dos satélites Sputnik, em 1957; porém, os americanos venceram essa “corrida” em 1969, conseguindo fazer o homem pisar na lua pela primeira vez.

– **Fim da Guerra Fria:** a queda do Muro de Berlim, em 1989, e a desintegração da União Soviética, em 1991, marcaram o fim do conflito ideológico. Enquanto o primeiro constituiu uma evidência do fim dos regimes socialistas no Leste da Europa, a desestruturação soviética instaurou uma nova era na História da humanidade, iniciando um processo de introdução do capitalismo em todos os países do mundo. A vitória desse conflito foi dos norte-americanos, que contavam com condições econômicas muito superiores aos soviéticos.

GLOBALIZAÇÃO E AS POLÍTICAS NEOLIBERAIS

– **Relação entre Globalização e políticas neoliberais:** o termo **globalização** imediatamente remete à ideia de um sistema capitalista, profundamente baseado no comunismo e na exploração do proletariado. Recorrendo às teorias de marxista, é possível compreender a origem da globalização e como as políticas neoliberais concorreram para que, atualmente, seja possível a livre iniciativa de comércio. Os discursos neoliberalistas estabeleceram as estruturas políticas para alcance do nível de globalização que se exerce atualmente. Os propósitos desse neoliberalismo eram a redução do protecionismo e a abertura dos mercados. Assim, sendo a globalização compreendida como uma expansão mercadológica, as políticas neoliberalistas combatem o protecionismo, favorecendo o livre mercado, a diminuição de obstáculos e de tarifas, contribuindo intensamente para uma significativa expansão no processo de globalização. Resumindo, a globalização que experimentamos hoje é o fruto do discurso político econômico pautado no neoliberalismo.

– **Neoliberalismo:** modelo político-econômico surgido na Segunda Guerra Mundial busca o resgate das perspectivas de sociedade livre e de mercado aberto, bem como recuperar os propósitos e estimativas do Liberalismo econômico, preconizado nos séculos XVI e XVII, por John Locke e Adam Smith.

– **Ausência total do Estado:** a principal característica do neoliberalismo está fundamentada na defesa de que a intervenção estatal rompe com a liberdade das transações econômicas, especialmente na livre iniciativa privada.

HISTÓRIA DO BRASIL. A REVOLUÇÃO DE 1930 E A ERA VARGAS

Era Vargas é o nome que se dá ao período em que Getúlio Vargas governou o Brasil por 15 anos, de forma contínua (de 1930 a 1945). Esse período foi um marco na história brasileira, em razão das inúmeras alterações que Getúlio Vargas fez no país, tanto sociais quanto econômicas.

A Era Vargas teve início com a Revolução de 1930, onde expulsou do poder a oligarquia cafeeira, dividindo-se em três momentos:

– **Governo Provisório:** 1930-1934

– **Governo Constitucional:** 1934-1937

– **Estado Novo:** 1937-1945

Revolução de 1930

Até o ano de 1930 vigorava no Brasil a República Velha, conhecida hoje como o primeiro período republicano brasileiro. Como característica principal centralizava o poder entre os partidos políticos e a conhecida aliança política “café-com-leite” (entre São Paulo e Minas Gerais), a República Velha tinha como base a economia cafeeira e, portanto, mantinha fortes vínculos com grandes proprietários de terras.

De acordo com as políticas do “café-com-leite”, existia um revezamento entre os presidentes apoiados pelo Partido Republicano Paulista (PRP), de São Paulo, e o Partido Republicano Mineiro (PRM), de Minas Gerais. Os presidentes de um partido eram influenciados pelo outro partido, assim, dizia-se: nada mais conservador, que um liberal no poder.

O Golpe do Exército

Em março de 1930, foram realizadas as eleições para presidente da República. Eleição esta que deu a vitória ao candidato governista Júlio Prestes. Entretanto, Prestes não tomou posse. A Aliança Liberal (nome dado aos aliados mineiros, gaúchos, e paraibanos) recusou-se a aceitar a validade das eleições, alegando que a vitória de Júlio Prestes era decorrente de fraude.

Além disso, deputados eleitos em estados onde a Aliança Liberal conseguiu a vitória, não tiveram o reconhecimento dos seus mandatos. Os estados aliados, principalmente o Rio Grande do Sul planejam então, uma revolta armada. A situação acaba agravando-se ainda mais quando o candidato a vice-presidente de Getúlio Vargas, João Pessoa, é assassinado em Recife, capital de Pernambuco.

Como os motivos dessa morte foram duvidosos, a propaganda getulista aproveitou-se disso para usá-la em seu favor, atribuindo a culpa à oposição, além da crise econômica acentuada pela crise de 1929; a indignação, deste modo, aumentou, e o Exército – que por sua vez era desfavorável ao governo vigente desde o tenentismo – começou a se mobilizar e formou uma junta governamental composta por generais do Exército. No mês seguinte, em três de novembro, Júlio Prestes foi deposto e fugiu junto com Washington Luís e o poder então foi passado para Getúlio Vargas pondo fim à República Velha.

Governo provisório (1930 - 1934)

O Governo Provisório teve como objetivo reorganizar a vida política do país. Neste período, o presidente Getúlio Vargas deu início ao processo de centralização do poder, eliminando os órgãos legislativos (federal, estadual e municipal).

Diante da importância que os militares tiveram na estabilização da Revolução de 30, os primeiros anos da Era Vargas foram marcados pela presença dos “tenentes” nos principais cargos do governo e por esta razão foram designados representantes do governo para assumirem o controle dos estados, tal medida tinha como finalidade anular a ação dos antigos coronéis e sua influência política regional.

Esta medida consolidou-se em clima de tensão entre as velhas oligarquias e os militares interventores. A oposição às ambições centralizadoras de Vargas concentrou-se em São Paulo, onde as oligarquias locais, sob o apelo da autonomia política e um discurso de conteúdo regionalista, convocaram o “povo paulistano” a lutar contra o governo Getúlio Vargas, exigindo

GEOGRAFIA GERAL E GEOGRAFIA DO BRASIL

GEOGRAFIA GERAL. A NOVA ORDEM MUNDIAL, O ESPAÇO GEOPOLÍTICO E A GLOBALIZAÇÃO

Todos esses fatos estão diretamente relacionados com o mundo pós Guerra Fria, onde nasce uma nova ordem mundial, com novas discussões sobre o espaço geopolítico, onde se desenvolve a globalização. Vejamos:

Em todos os setores da vida social, ouve-se falar de uma nova ordem mundial. A conjunção de uma crescente internacionalização e interdependência dos mercados com a formação de áreas de livre comércio e a chamada Terceira Revolução Tecnológica caracterizam atualmente a globalização da economia. A globalização tem aparecido como uma nova diretriz para a organização da economia dos mais diferentes países do mundo, atingindo todos os setores da organização social. As metáforas da globalização estão por aí (Ianni, 1997): *fim do Estado, fim da Geografia, fim da História, mundialização, aldeia global, mercado único etc. No entanto é preciso lembrar que o capitalismo sempre foi internacional.*

O movimento de expansão é uma tendência inerente ao capitalismo. Já em 1848 Marx e Engels, no Manifesto do Partido Comunista, entre outros escritos, apontavam a tendência à expansão do capitalismo como uma característica deste modo de organização da produção: "...Impelida pela necessidade de mercados sempre novos, a burguesia invade todo o globo. Necessita estabelecer-se em toda parte, explorar em toda parte, criar vínculos em toda parte." (Marx & Engels, 1968, p.26-7).

Em resumo, a Nova Ordem Mundial é um conceito político e econômico que se refere ao contexto histórico do mundo pós-Guerra Fria. Estabeleceu-se no fim da década de 80, com a queda do muro de Berlim (1989), no quadro das transformações ocorridas no Leste Europeu com a desintegração do bloco soviético. O termo Nova Ordem Mundial é aplicado de forma abrangente. Em um contexto atual, pode se referir também à importância das novas tecnologias em um mundo progressivamente globalizado e às novas formas de controle tecnológico sobre as pessoas. A Nova Ordem Mundial busca garantir o desenvolvimento do capitalismo e estrutura-se a partir de uma hierarquização de países, de acordo com seu nível de desenvolvimento do capitalismo e estrutura-se a partir de uma hierarquização de países, de acordo com seu nível de desenvolvimento e de especialização econômica.

O uso de palavras como mundialização, internacionalização, planetarização, como sinônimo de globalização. Porém nem sempre são sinônimos entre si. Certamente, são muito próximos, mas têm também algumas diferenças, por vezes muito claras, outras vezes muito sutis. Globalização é o nível mais elevado da internacionalização. Com a globalização, o mundo torna-se cada vez menor. Novos termos foram criados

para identificar essa nova imagem, como: "nave Terra", "aldeia global", "sociedade global" etc. Portanto, há muito tempo o mundo vem se internacionalizando, mas só recentemente tornou-se globalizado.

Principais características da globalização são:

- Domínio crescente das empresas multinacionais (transnacionais) sobre a economia mundial.
- Reorganização do sistema financeiro internacional, de acordo com as exigências dos grandes complexos empresariais e dos países desenvolvidos, bem como o rápido descolamento de imensas somas de dinheiro e a interdependência de praticamente todas as bolsas de valores.
- Avanços da microeletrônica, uma verdadeira revolução na informática, que influencia os mais diversos setores da vida social, acelerando os transportes, os fluxos de informação, encurtando o tempo e o espaço.
- Expansão mundial do neoliberalismo, contrário à interferência dos governos na economia, que deve ser regida pela lei da oferta e a procura ("a mão invisível", dos economistas clássicos liberais, como Adam Smith).
- Consequentemente, ocorre o enfraquecimento dos Estados, pois os governos estão perdendo seu controle da economia.
- Uso do inglês como língua universal, facilitando as trocas de informação entre diferentes pessoas, grupos e povos.
- Transformação dos espaços nacionais em espaços da economia internacional, o que provoca a perda da ideia de fronteiras nacionais diante dos fluxos econômicos e financeiros globais.
- Aceleração de todas as formas de circulação e comunicação de pessoas, mercadorias e ideias.
- Desenvolvimento de uma consciência ecológica planetária, a partir da identificação de problemas ambientais globais, como efeito estufa, chuva ácida, buraco na camada de ozônio etc, que afetam a todos, não obedecendo a fronteiras políticas.

A Geopolítica é a ciência que se concentra na utilização de poder político sob determinado território. Em uma visão mais prática, a geopolítica compreende as análises de geografia, história e ciências sociais mescladas com teoria política em vários níveis, desde o Estado até o internacional-mundial.

O conceito de geopolítica começou a ser desenvolvido a partir da segunda metade do século XIX, por conta da redefinição de fronteiras na Europa e do expansionismo das nações europeias, o que ficou conhecido como imperialismo ou ainda neocolonialismo.

O espaço geográfico não deveria ser o único objetivo de uma nação, pois seria preciso considerar o tempo histórico, as ações humanas e demais interações, o que na verdade acabou

lançando as bases para uma geografia regional. Assim, a soberania sobre um território estaria vinculada ao conhecimento regional, como a compreensão das formas de relevo, aspectos climáticos, economia, população, etc.

O período conhecido como Guerra Fria expressou muitos dos princípios da geopolítica, pois envolveu uma grande disputa ideológica e territorial entre duas potências, a União Soviética e os Estados Unidos, com grande ênfase no papel do Estado no que tange às decisões estratégicas e na definição de valores e padrões sociais.

Com o fim da Guerra Fria, as maiores discussões geopolíticas se voltam ao combate ao terrorismo, à questão nuclear, às redefinições de fronteiras nos países africanos e do Oriente Médio e até mesmo aos problemas socioambientais.

OS PRINCIPAIS PROBLEMAS AMBIENTAIS

Os Principais problemas ambientais¹

– Poluição do ar por gases poluentes, gerados principalmente pela queima de combustíveis fósseis (carvão mineral, gasolina e diesel) e indústrias;

– Poluição de rios, lagos, mares e oceanos provocados por despejos de esgotos e lixo, acidentes ambientais (vazamento de petróleo), etc;

– Poluição do solo provocada por contaminação (agrotóxicos, fertilizantes e produtos químicos) e descarte incorreto de lixo;

– Queimadas em matas e florestas como forma de ampliar áreas para pasto ou agricultura;

– Desmatamento com o corte ilegal de árvores para comercialização de madeira;

– Esgotamento do solo (perda da fertilidade para a agricultura), provocado por seu uso incorreto;

– Diminuição e extinção de espécies animais, provocados pela caça predatória e destruição de ecossistemas;

– Falta de água para o consumo humano, causado pelo uso irracional (desperdício), contaminação e poluição dos recursos hídricos;

– Acidentes nucleares que causam contaminação do solo por centenas de anos. Podemos citar como exemplos os acidentes nucleares de Chernobyl (1986) e na Usina Nuclear de Fukushima no Japão (2011);

– Aquecimento global, causado pela grande quantidade de emissão de gases do efeito estufa;

– Diminuição da camada de ozônio, provocada pela emissão de determinados gases (CFC, por exemplo) no meio ambiente.

GEOGRAFIA DO BRASIL A NATUREZA BRASILEIRA (RELEVO, HIDROGRAFIA, CLIMA E VEGETAÇÃO)

Relevo

O relevo do Brasil tem formação antiga e atualmente existem várias classificações para o mesmo. Entre elas, destacam-se as dos seguintes professores:

¹ “Problemas ambientais” em *Só Geografia. Virtuosa Tecnologia da Informação, 2007-2020.*

– **Aroldo de Azevedo** - esta classificação data de 1940, sendo a mais tradicional. Ela considera principalmente o nível altimétrico para determinar o que é um planalto ou uma planície.

– **Aziz Nacib Ab’Saber** - criada em 1958, esta classificação despreza o nível altimétrico, priorizando os processos geomorfológicos, ou seja, a erosão e a sedimentação. Assim, o professor considera planalto como uma superfície na qual predomina o processo de desgaste, enquanto planície é considerada uma área de sedimentação.

– **Jurandy Ross** - é a classificação mais recente, criada em 1995. Baseia-se no projeto Radambrasil, um levantamento feito entre 1970 e 1985, onde foram tiradas fotos aéreas da superfície do território brasileiro, por meio de um sofisticado radar. Jurandy também utiliza os processos geomorfológicos para elaborar sua classificação, destacando três formas principais de relevo:

- 1) Planaltos
- 2) Planícies
- 3) Depressões

Sendo que:

– Planalto é uma superfície irregular, com altitude acima de 300 metros e produto de erosão.

– Planície é uma área plana, formada pelo acúmulo recente de sedimentos.

– Depressão é uma superfície entre 100 e 500 metros de altitude, com inclinação suave, mais plana que o planalto e formada por processo de erosão.

O território brasileiro é constituído, basicamente, por grandes maciços cristalinos (36%) e grandes bacias sedimentares (64%). Aproximadamente 93% do território brasileiro apresenta altitudes inferiores a 900 m. Em grande parte as estruturas geológicas são muito antigas, datando da Era Paleozóica à Mesozóica, no caso das bacias sedimentares, e da Era Pré-Cambriana, caso dos maciços cristalinos.

As bacias sedimentares formam-se pelo acúmulo de sedimentos em depressão. É um terreno rico em combustíveis fósseis, como carvão, petróleo, gás natural e xisto betuminoso. Os maciços são mais antigos e rígidos e se caracterizam pela presença de rochas cristalinas, como granitos e gnaisses, e são ricos em riquezas minerais metálicas, como ferro e manganês.

O relevo brasileiro não sofre mais a ação de vulcões e terremotos, agentes internos, porém, os agentes externos, como chuvas, ventos, rios, marés, calor e frio, continuam sua obra de esculpir as formas do relevo. Eventualmente, em determinados pontos do território brasileiro podem-se sentir os reflexos dos tremores de terra ocorridos em alguns pontos distantes, como no Chile e Peru.

As unidades do relevo brasileiro são:

a) Planaltos: das Guianas e Brasileiro (formado pelo Planalto Central, Atlântico e Meridional).

Planalto das Guianas

Ocupando a porção extremo setentrional do país, tem sua maior parte fora do território brasileiro, em terras da Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa. Constituído por rochas cristalinas pré-cambrianas, pode ser dividido em duas porções:

– **Planalto Norte-Amazônico:** também chamado de Baixo Platô, apresenta pequenas elevações levemente onduladas, formando uma espécie de continuação das terras baixas da Planície Amazônica.

– **Região Serrana:** situada na porção Norte do Planalto, acompanha de perto as fronteiras do Brasil com as Guianas e com a Venezuela. Dominada por dois arcos de escarpas (o Maciço Oriental e o Maciço Ocidental), separados por uma área deprimida e aplainada no noroeste de Roraima. O Maciço Oriental é caracterizado por pequenas altitudes que raramente superam os 600 m, onde se encontram serras como as de Tumucumaque e Açari, enquanto no Maciço Ocidental encontram-se as maiores altitudes absolutas do Brasil, destacando-se na serra do Imeri ou Tapirapecó o pico da Neblina, com 3.014 m de altitude (ponto culminante do país); na fronteira do estado do Amazonas com a Venezuela, o pico 31 de Março, com 2.992 m; e na serra de Pacaraima o monte Roraima, com 2.727 m.



Planalto das Guianas (Fonte: www.sogeografia.com.br)

Planalto Brasileiro

Uma das mais vastas regiões planálticas do mundo, estendendo-se do sul da Amazônia ao Rio Grande do Sul e de Roraima ao litoral Atlântico. É dominado por terrenos cristalinos amplamente recobertos por sedimentos. Por motivos didáticos e pelas diferenças morfológicas que apresenta, pode-se dividi-lo em três subunidades:

– **Planalto Central:** Abrange uma extensa região do Brasil Central, englobando partes do Norte, Nordeste, Sudeste e principalmente do Centro-Oeste. Apresenta terrenos cristalinos antigos fortemente erodidos e amplamente recobertos por sedimentos paleozóicos e mesozóicos. Além de planaltos cristalinos, destacam-se as chapadas recobertas por sedimentos, como dos Parecis, entre Roraima e Mato Grosso.

– **Planalto Atlântico ou Planalto Oriental:** Estende-se do Nordeste, onde é bastante largo, ao nordeste do Rio Grande do Sul. Pode-se também o dividir em duas subunidades distintas:

- i) Região das Chapadas no Nordeste
- ii) Região Serrana

– **Planalto Meridional ou Arenito Basáltico:** Abrange grande parte das terras da região Sul, o centro-oeste de São Paulo, o sul de Minas Gerais e o Triângulo Mineiro, o sul de Goiás e parte leste do Mato Grosso do Sul, correspondendo às terras drenadas pela bacia do rio Paraná. Predominam terrenos sedimentares, assentados sobre o embasamento cristalino, sendo os terrenos mesozóicos associados a rochas vulcânicas, provenientes do derrame de lavas ocorrido nessa era. Essas rochas vulcânicas, em especial o basalto e

o diabásio, com o passar do tempo sofreram desagregação pela ação dos agentes erosivos, dando origem a um dos solos mais férteis do Brasil, a chamada “terra roxa”. As áreas onde predominam sedimentos paleozóicos e mesozóicos (arenitos), associados às rochas vulcânicas, constituem uma subunidade do planalto Meridional. Outra subunidade é a Depressão Periférica, uma estreita faixa de terrenos relativamente baixos que predominam arenitos, que se estende de São Paulo a Santa Catarina e parte do Rio Grande do Sul. É no planalto Meridional que aparece com destaque o relevo de “Cuestas”, costas (escarpas) sucessivas de leste para oeste.

b) Planícies: Amazônica, do Pantanal, Costeira e Gaúcha.

Planície Amazônica

Vasta área de terras baixas e planas que corresponde à Bacia Sedimentar Amazônica, onde se distinguem alongadas faixas de sedimentos paleozóicos que afloram na sua porção centro-oriental, além de predominar arenitos, argilitos e areias terciárias e quaternárias. Localizada entre o planalto das Guianas ao norte e o Brasileiro ao sul, a planície é estreita a leste, próximo ao litoral do Pará, e alarga-se bastante para o interior na Amazônia Ocidental.

Planície do Pantanal

Ocupando quase toda metade oeste do Mato Grosso do Sul e o sudeste do Mato Grosso, a planície do Pantanal se estende para além do território brasileiro, em áreas do Paraguai, Bolívia e extremo norte da Argentina, recebendo nesses países a denominação de “Chaco”. Com terras muito planas e baixas (altitude média de 100 m), o Pantanal se constitui numa grande depressão interior do continente que se inunda largamente no verão. Os pontos mais elevados da planície, que ficam a salvo das cheias, levam o nome de “cordilheiras”, e as partes mais baixas, “baías” ou “lagos”.

Planície Costeira

Estendendo-se por quase todo o litoral brasileiro, do Pará ao Rio Grande do Sul, é uma área de sedimentos recentes: terciários e quaternários. Em alguns trechos, principalmente no Sul e Sudeste, a planície é interrompida pela proximidade do planalto Atlântico, dando origem às falésias; em alguns pontos surgem as baixadas litorâneas, destacando-se a baixada Capixaba no Espírito Santo, a baixada Fluminense no Rio de Janeiro, as baixadas Santista e de Iguape em São Paulo, a de Paranaguá no Paraná e a de Laguna em Santa Catarina.

Planície Gaúcha ou dos Pampas

Ocupa, esquematicamente, a metade sul do Rio Grande do Sul, constituída por sedimentos recentes; apresenta-se plana e suavemente ondulada, recebendo a denominação de Coxilhas.

Pontos mais altos

Os relevos brasileiros caracterizam-se por baixas altitudes. Os maiores picos brasileiros, assim como sua localização e altitude, são:

Pico	Serra	Altitude (m)
Neblina	Imeri (AM)	3.014
31 de Março	Imeri (AM)	2.992
Bandeira	Caparaó (ES/MG)	2.890
Roraima	Pacaraima (RR)	2.875
Cruzeiro	Caparaó (ES)	2.861

Fonte: www.sogeografia.com.br

Hidrografia

O Brasil é um país rico em rios e pobre em formações lacustres. Os rios brasileiros são predominantemente de planaltos, o que determina um grande potencial hidrelétrico.

Nossas bacias apresentam como principais dispersores de água: Cordilheira dos Andes, Planalto Guiano e Planalto Brasileiro. Os rios brasileiros são, direta ou indiretamente, afluentes do Atlântico, em consequência da presença da Cadeia Andina, que impossibilita a passagem dos rios em direção ao Pacífico.

Quanto à foz, há uma predominância de estuários, exceto no caso do rio Parnaíba (foz em delta) e do Amazonas (mista = delta + estuário). Predomina o regime pluvial tropical (cheias de verão e vazantes de inverno).

NOÇÕES BÁSICAS DE INFORMÁTICA

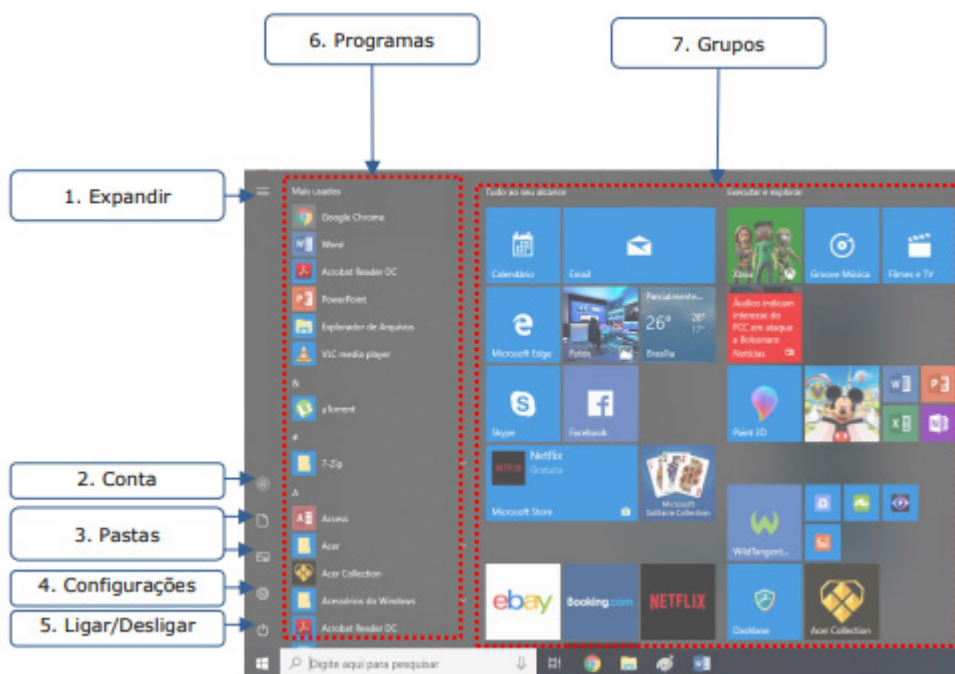
MS-WINDOWS 10: CONCEITO DE PASTAS, DIRETÓRIOS, ARQUIVOS E ATALHOS, ÁREA DE TRABALHO, ÁREA DE TRANSFERÊNCIA, MANIPULAÇÃO DE ARQUIVOS E PASTAS, USO DOS MENUS, PROGRAMAS E APLICATIVOS, INTERAÇÃO COM O CONJUNTO DE APLICATIVOS MS-OFFICE 2016

O Windows 10 é um sistema operacional desenvolvido pela Microsoft, parte da família de sistemas operacionais Windows NT. Lançado em julho de 2015, ele sucedeu o Windows 8.1 e trouxe uma série de melhorias e novidades, como o retorno do Menu Iniciar, a assistente virtual Cortana, o navegador Microsoft Edge e a funcionalidade de múltiplas áreas de trabalho. Projetado para ser rápido e seguro, o Windows 10 é compatível com uma ampla gama de dispositivos, desde PCs e tablets até o Xbox e dispositivos IoT.

— Operações de iniciar, reiniciar, desligar, login, logoff, bloquear e desbloquear

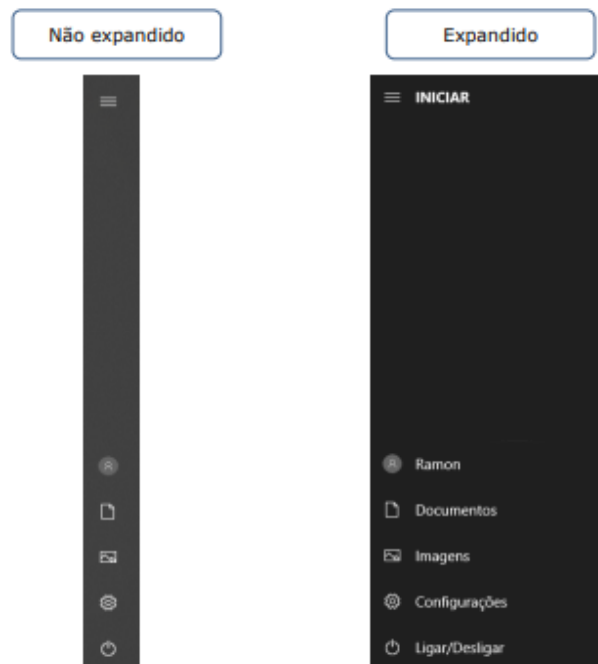
Botão Iniciar

O Botão Iniciar dá acesso aos programas instalados no computador, abrindo o Menu Iniciar que funciona como um centro de comando do PC.



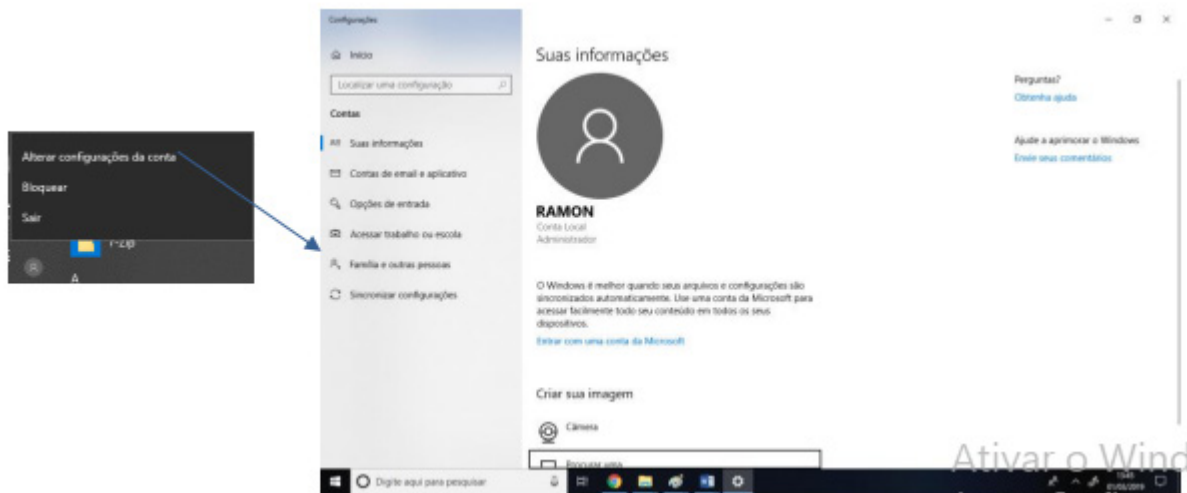
Menu Iniciar

– **Expandir:** botão utilizado para expandir os itens do menu.



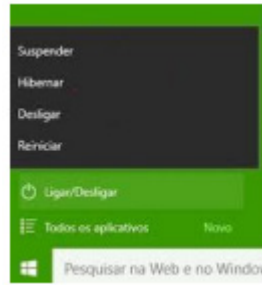
Botão Expandir

– **Conta:** apresenta opções para configurar a conta do usuário logado, bloquear ou deslogar. Em Alterar configurações da conta é possível modificar as informações do usuário, cadastrar contas de e-mail associadas, definir opções de entrada como senha, PIN ou Windows Hello, além de outras configurações.



Configurações de conta

– **Ligar/Desligar:** a opção “Desligar” serve para desligar o computador completamente. Caso existam programas abertos, o sistema não os salvará automaticamente, mas perguntará ao usuário se deseja salvá-los.



Outras opções são:

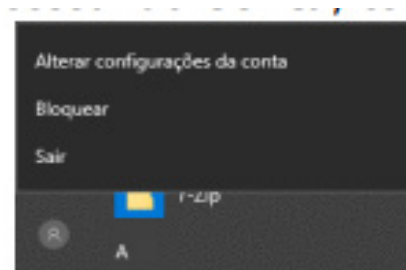
a) Reiniciar: reinicia o computador. É útil para finalizar a instalação de aplicativos e atualizações do sistema operacional, mas, com frequência, não é um processo necessário.

b) Suspender: leva o computador para um estado de economia de energia que permite que o computador volte a funcionar normalmente após alguns segundos. Todas as tarefas são mantidas, podendo o usuário continuar o trabalho.

Em portáteis, o Windows salva automaticamente todo o trabalho e desliga o computador se a bateria está com muito pouca carga. Muitos portáteis entram em suspensão quando você fecha a tampa ou pressiona o botão de energia.

c) Hibernar: opção criada para notebooks e pode não está disponível em todos os computadores. É um sistema de economia de energia que coloca no disco rígido os documentos e programas abertos e desliga o computador. Hibernar usa menos energia do que Suspender e, quando você reinicializa o computador, mas não volta tão rapidamente quanto a Suspensão ao ponto em que estava.

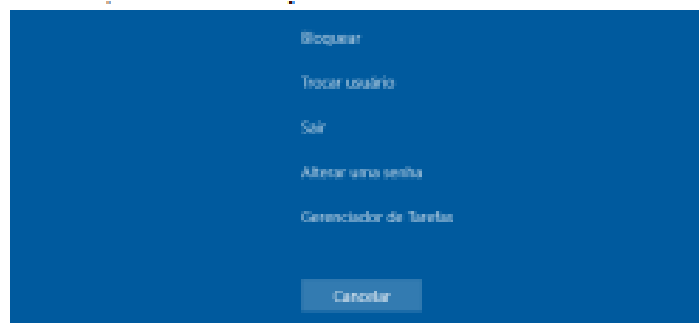
Além dessas opções, acessando Conta, temos:



d) Sair: o usuário desconecta de sua conta, e todas as suas tarefas são encerradas.

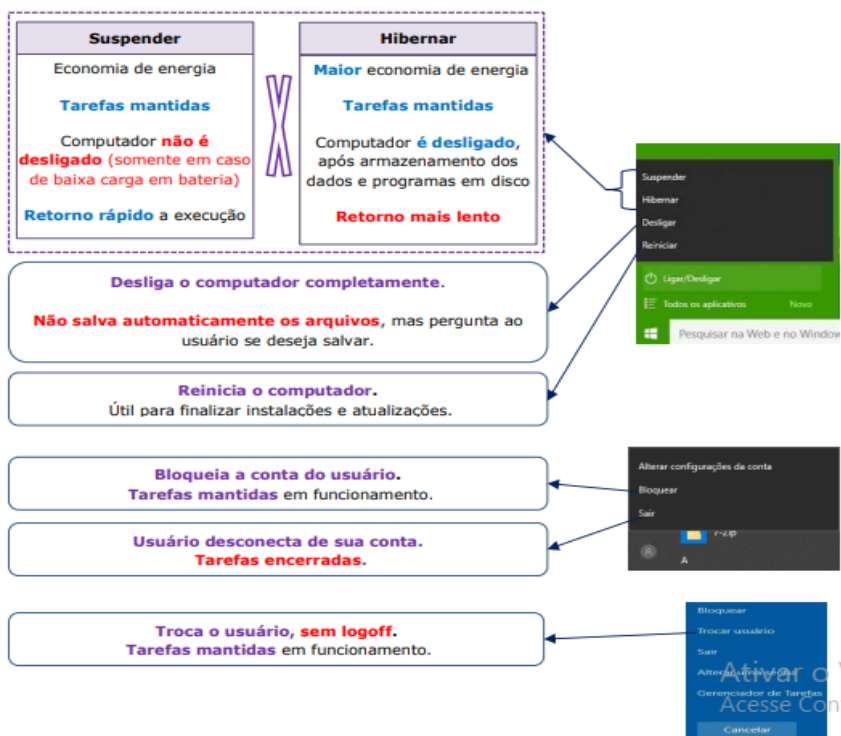
e) Bloquear: bloqueia a conta do usuário, mantendo todas as tarefas em funcionamento.

Para trocar o usuário, basta apertar CTRL + ALT + DEL:



f) **Trocar usuário:** simplesmente dá a opção de trocar de usuário, sem que o usuário atual faça o logoff. Assim, todas as tarefas são mantidas em funcionamento, e quando o usuário quiser, basta acessar sua conta para continuar de onde parou.

Esquemmatizando essas opções:

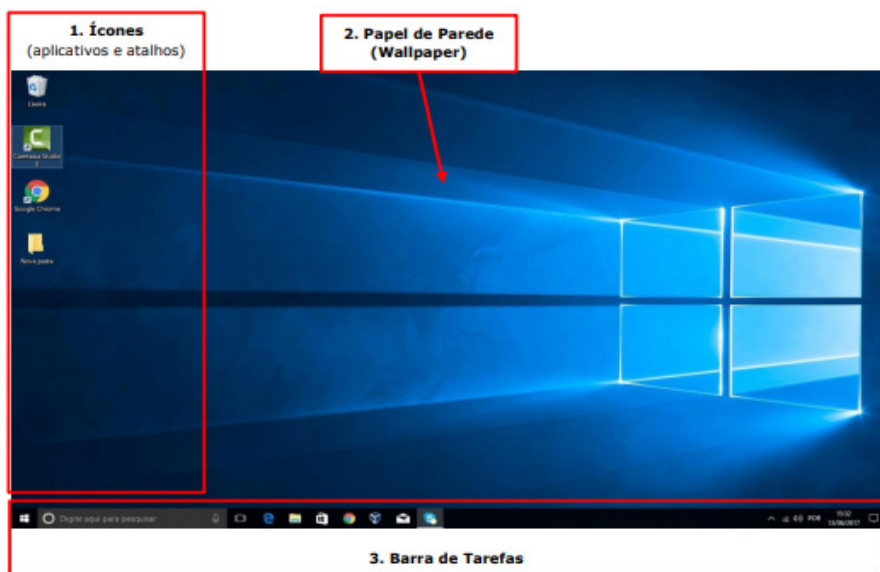


Ligar/Desligar e outras opções.

— Área de trabalho, ícones e atalhos

Área de Trabalho

A Área de trabalho (ou desktop) é a principal área exibida na tela quando você liga o computador e faz logon no Windows. É o lugar que exibe tudo o que é aberto (programas, pastas, arquivos) e que também organiza suas atividades.



Área de Trabalho do Windows 10.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL: TÍTULO II – DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS: CAPÍTULO I – DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS; CAPÍTULO IV – DOS DIREITOS POLÍTICOS

— Dos Direitos E Garantias Fundamentais

Os direitos individuais estão elencados no caput do Artigo 5º da CF. São eles:

Direito à Vida

O direito à vida deve ser observado por dois prismas: o direito de permanecer vivo e o direito de uma vida digna.

O direito de permanecer vivo pode ser observado, por exemplo, na vedação à pena de morte (salvo em caso de guerra declarada).

Já o direito à uma vida digna, garante as necessidades vitais básicas, proibindo qualquer tratamento desumano como a tortura, penas de caráter perpétuo, trabalhos forçados, cruéis, etc.

Direito à Liberdade

O direito à liberdade consiste na afirmação de que ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa, senão em virtude de lei. Tal dispositivo representa a consagração da autonomia privada.

Trata-se a liberdade, de direito amplo, já que compreende, dentre outros, as liberdades: de opinião, de pensamento, de locomoção, de consciência, de crença, de reunião, de associação e de expressão.

Direito à Igualdade

A igualdade, princípio fundamental proclamado pela Constituição Federal e base do princípio republicano e da democracia, deve ser encarada sob duas óticas, a igualdade material e a igualdade formal.

A igualdade formal é a identidade de direitos e deveres concedidos aos membros da coletividade por meio da norma.

Por sua vez, a igualdade material tem por finalidade a busca da equiparação dos cidadãos sob todos os aspectos, inclusive o jurídico. É a consagração da máxima de Aristóteles, para quem o princípio da igualdade consistia em tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais na medida em que eles se desiguavam.

Sob o pálio da igualdade material, caberia ao Estado promover a igualdade de oportunidades por meio de políticas públicas e leis que, atentos às características dos grupos menos favorecidos, compensassem as desigualdades decorrentes do processo histórico da formação social.

Direito à Privacidade

Para o estudo do Direito Constitucional, a privacidade é gênero, do qual são espécies a intimidade, a honra, a vida privada e a imagem. De maneira que, os mesmos são invioláveis e a eles assegura-se o direito à indenização pelo dano moral ou material decorrente de sua violação.

Direito à Honra

O direito à honra almeja tutelar o conjunto de atributos pertinentes à reputação do cidadão sujeito de direitos, exatamente por tal motivo, são previstos no Código Penal.

Direito de Propriedade

É assegurado o direito de propriedade, contudo, com restrições, como por exemplo, de que se atenda à função social da propriedade. Também se enquadram como espécies de restrição do direito de propriedade, a requisição, a desapropriação, o confisco e o usucapião.

Do mesmo modo, é no direito de propriedade que se asseguram a inviolabilidade do domicílio, os direitos autorais (propriedade intelectual) e os direitos reativos à herança.

Destes direitos, emanam todos os incisos do Art. 5º, da CF/88, conforme veremos abaixo:

TÍTULO II DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

CAPÍTULO I DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo - se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;

III - ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;

IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;

VII - é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de interseção coletiva;

VIII - ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir - se de obrigação legal a todos imposta e recusar - se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei;

IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

XI - a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial;(Vide Lei nº 13.105, de 2015)(Vigência)

XII - é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal;(Vide Lei nº 9.296, de 1996)

XIII - é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer;

XIV - é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional;

XV - é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens;

XVI - todos podem reunir - se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente;

XVII - é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar;

XVIII - a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento;

XIX - as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo - se, no primeiro caso, o trânsito em julgado;

XX - ninguém poderá ser compelido a associar - se ou a permanecer associado;

XXI - as entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente;

XXII - é garantido o direito de propriedade;

XXIII - a propriedade atenderá a sua função social;

XXIV - a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição;

XXV - no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano;

XXVI - a pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento;

XXVII - aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar;

XXVIII - são assegurados, nos termos da lei:

a) a proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humanas, inclusive nas atividades desportivas;

b) o direito de fiscalização do aproveitamento econômico das obras que criarem ou de que participarem aos criadores, aos intérpretes e às respectivas representações sindicais e associativas;

XXIX - a lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio temporário para sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País;

XXX - é garantido o direito de herança;

XXXI - a sucessão de bens de estrangeiros situados no País será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, sempre que não lhes seja mais favorável a lei pessoal do «de cujus»;

XXXII - o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor;

XXXIII - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado;(Regulamento) (Vide Lei nº 12.527, de 2011)

XXXIV - são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas:

a) o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder;

b) a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal;

XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;

XXXVI - a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada;

XXXVII - não haverá juízo ou tribunal de exceção;

XXXVIII - é reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, assegurados:

a) a plenitude de defesa;

b) o sigilo das votações;

c) a soberania dos veredictos;

d) a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida;

XXXIX - não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal;

XL - a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu;

XLI - a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais;

XLII - a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei;

XLIII - a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem;(Regulamento)

XLIV - constitui crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático;

XLV - nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido;

XLVI - a lei regulará a individualização da pena e adotará, entre outras, as seguintes:

- a) privação ou restrição da liberdade;
- b) perda de bens;
- c) multa;
- d) prestação social alternativa;
- e) suspensão ou interdição de direitos;

XLVII - não haverá penas:

- a) de morte, salvo em caso de guerra declarada, nos termos do art. 84, XIX;
- b) de caráter perpétuo;
- c) de trabalhos forçados;
- d) de banimento;
- e) cruéis;

XLVIII - a pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo do apenado;

XLIX - é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral;

L - às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação;

LI - nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei;

LII - não será concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião;

LIII - ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente;

LIV - ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal;

LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;

LVI - são inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos;

LVII - ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória;

LVIII - o civilmente identificado não será submetido a identificação criminal, salvo nas hipóteses previstas em lei;(Regulamento)

LIX - será admitida ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal;

LX - a lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem;

LXI - ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei;

LXII - a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada;

LXIII - o preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado;

LXIV - o preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial;

LXV - a prisão ilegal será imediatamente relaxada pela autoridade judiciária;

LXVI - ninguém será levado à prisão ou nela mantido, quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança;

LXVII - não haverá prisão civil por dívida, salvo a do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e a do depositário infiel;

LXVIII - conceder-se-á *habeas corpus* sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder;

LXIX - conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público;

LXX - o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por:

- a) partido político com representação no Congresso Nacional;

- b) organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados;

LXXI - conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania;

LXXII - conceder-se-á *habeas data* :

- a) para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público;

- b) para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo;

LXXIII - qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência;

LXXIV - o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos;

LXXV - o Estado indenizará o condenado por erro judiciário, assim como o que ficar preso além do tempo fixado na sentença;

LXXVI - são gratuitos para os reconhecidamente pobres, na forma da lei: (Vide Lei nº 7.844, de 1989)

- a) o registro civil de nascimento;
- b) a certidão de óbito;

LXXVII - são gratuitas as ações de *habeas corpus* e *habeas data*, e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania. (Regulamento)

LXXVIII - a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004) (Vide ADIN 3392)

LXXIX - é assegurado, nos termos da lei, o direito à proteção dos dados pessoais, inclusive nos meios digitais. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 115, de 2022)

§1º As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.

§2º Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

§3º Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004) (Vide DLG nº 186, de 2008), (Vide Decreto nº 6.949, de 2009), (Vide DLG 261, de 2015), (Vide Decreto nº 9.522, de 2018) (Vide ADIN 3392) (Vide DLG 1, de 2021), (Vide Decreto nº 10.932, de 2022)

§4º O Brasil se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional a cuja criação tenha manifestado adesão. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

O tratado foi equiparado no ordenamento jurídico brasileiro às leis ordinárias. Em que pese tenha adquirido este caráter, o mencionado tratado diz respeito a direitos humanos, porém não possui característica de emenda constitucional, pois entrou em vigor em nosso ordenamento jurídico antes da edição da Emenda Constitucional nº 45/04. Para que tal tratado seja equiparado às emendas constitucionais deverá passar pelo mesmo rito de aprovação destas.

Remédios e Garantias Constitucionais

As ações constitucionais dispostas no Artigo 5º da CF também são conhecidas como remédios constitucionais, porque servem para “curar a doença” do descumprimento de direitos fundamentais.

Em outras palavras, são instrumentos colocados à disposição dos indivíduos para garantir o cumprimento dos direitos fundamentais.

Habeas Corpus

O *habeas corpus* é a ação constitucional que tutela o direito fundamental à liberdade ambulatorial, ou seja, o direito de ir, vir e estar/permanecer em algum lugar.

De acordo com o texto constitucional, o *habeas corpus* pode ser:

- **Preventivo:** “sempre que alguém se achar ameaçado de sofrer”;
- **Repressivo:** “sempre que alguém sofrer”.

Ambos em relação a violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.

Habeas Data

O *habeas data* é a ação constitucional impetrada por pessoa física ou jurídica, que tenha por objetivo assegurar o conhecimento de informações sobre si, constantes de registros ou banco de dados de entidades governamentais ou de caráter público, ou para retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.

Esse remédio constitucional está regulamentado pela Lei 9.507/97, que disciplina o direito de acesso a informações e o rito processual do *habeas data*.

Mandado de Segurança

O mandado de segurança individual é a ação constitucional impetrada por pessoa física ou jurídica, ou ente despersonalizado, que busca a tutela de direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.

Observa-se, portanto, que o mandado de segurança tem cabimento subsidiário. É disciplinado pela Lei 12.016/09.

Mandado de Segurança Coletivo

O mandado de segurança coletivo é a ação constitucional impetrada por partido político com representação no Congresso Nacional, organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano (em defesa dos interesses de seus membros ou associados), que busca a tutela de direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.

Mandado de Injunção

O mandado de injunção é a ação constitucional impetrada por pessoa física ou jurídica, ou ente despersonalizado, que objetiva sanar a falta de norma regulamentadora que torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.

Basicamente, pode-se dizer que o mandado de injunção é ajuizado em face das normas de eficácia limitada, que são aquelas que possuem aplicabilidade indireta, mediata e reduzida (não direta, não imediata e não integral), pois exigem norma infraconstitucional, que, até hoje, não existe.

É regulado pela Lei 13.300/2016.

Ação Popular

A ação popular é o remédio constitucional ajuizado por qualquer cidadão, que tenha por objetivo anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.

A ação popular será regulamentada infraconstitucionalmente pela Lei 4.717/65.